



PROCESSO N° TST-AIRR-999-26.2012.5.15.0151

**A C Ó R D ã O**  
**6ª Turma**  
**KA/st**

**AGRAVO DE INSTRUMENTO. RECURSO DE REVISTA. PRESCRIÇÃO. REAJUSTES SALARIAIS FIXADOS PELO CONSELHO DE REITORES DAS UNIVERSIDADES DO ESTADO DE SÃO PAULO - CRUESP. EXTENSÃO AOS EMPREGADOS DO CENTRO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA PAULA SOUZA - CEETEPS.** Nega-se provimento ao agravo de instrumento por meio do qual a parte não consegue desconstituir os fundamentos da decisão agravada.

Vistos, relatados e discutidos estes autos de Agravo de Instrumento em Recurso de Revista n° **TST-AIRR-999-26.2012.5.15.0151**, em que é Agravante **CENTRO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA "PAULA SOUZA" - CEETEPS** e Agravada **MARLENE MATTIOLI CORREA**.

O juízo primeiro de admissibilidade negou seguimento ao recurso de revista, sob o fundamento de que não é viável o seu conhecimento.

A parte interpôs agravo de instrumento, com base no art. 897, **b**, da CLT.

Contraminuta e contrarrazões foram apresentadas.

O Ministério Público do Trabalho opina pelo provimento do agravo de instrumento.

É o relatório.

## **V O T O**

### **1. CONHECIMENTO**

Preenchidos os pressupostos de admissibilidade, conheço do agravo de instrumento.

### **2. MÉRITO**



**PROCESSO Nº TST-AIRR-999-26.2012.5.15.0151**

O Tribunal Regional, juízo primeiro de admissibilidade do recurso de revista (art. 682, IX, da CLT), denegou-lhe seguimento, adotando os seguintes fundamentos:

**“PRESSUPOSTOS EXTRÍNSECOS**

Tempestivo o recurso (decisão publicada em 22/11/2013; recurso apresentado em 29/11/2013).

Regular a representação processual (nos termos da Súmula 436, item I/TST).

Isento de preparo (CLT, art. 790-A e DL 779/69, art. 1º, IV).

**PRESSUPOSTOS INTRÍNSECOS**

**DIREITO CIVIL / Fatos Jurídicos / Prescrição e Decadência.**

No que se refere ao tema em destaque, o v. acórdão decidiu em consonância com a Súmula 294, in fine, do C. TST, o que inviabiliza o recurso, de acordo com o art. 896, § 4º, da CLT, c/c a Súmula 333 do C. TST.

**Remuneração, Verbas Indenizatórias e Benefícios / Salário/Diferença Salarial / Reajuste Salarial.**

O v. acórdão deferiu as diferenças salariais com fundamento na interpretação de normas estaduais (Decreto-lei nº 06/69, Decreto-lei Complementar nº 07/69, Lei Estadual nº 952/76, Decretos nºs 17.027/81 e 20.833/83, Lei Complementar nº 180/78, Resolução nº 63/92) e dos documentos juntados aos autos, concluindo que as autarquias educacionais associadas, hipótese do reclamado, estavam abrangidas pela política salarial estabelecida pelas Universidades Estaduais Paulistas e pelo CRUESP - Conselho de Reitores das Universidades do Estado de São Paulo.

Assim, não há que se falar em ofensa direta aos dispositivos constitucionais invocados (arts. 37, X, XIII, 61, § 1º, II, "a" e 207), na forma exigida pela alínea "c" do art. 896 da CLT.

Nesse sentido são os seguintes julgados do C. TST:

RR-162000-20.2007.5.15.0046,	1ª	Turma,	DEJT-09/03/12,
RR-81400-81.2008.5.15.0141,	2ª	Turma,	DEJT-04/05/12,
RR-82300-64.2008.5.15.0141,	3ª	Turma,	DEJT-17/06/11,
RR-173100-04.2008.5.15.0024,	4ª	Turma,	DEJT-20/04/12,
RR-385-55.2010.5.15.0033,	5ª	Turma,	DEJT-23/03/12,



**PROCESSO N° TST-AIRR-999-26.2012.5.15.0151**

RR-140600-76.2009.5.15.0143, 6ª Turma, DEJT-19/04/11,  
RR-164200-74.2007.5.15.0086, 7ª Turma, DEJT-30/09/11e  
RR-114900-67.2008.5.15.0003, 8ª Turma, DEJT-05/08/11.

Por outro lado, o recorrente não logrou demonstrar o pretendido dissenso interpretativo, uma vez que os arestos adequados ao confronto não tratam especificamente da matéria à luz do Decreto-lei n° 06/69, Decreto-lei Complementar n° 07/69, Decretos n°s 17.027/81 e 20.833/83 e Lei Complementar n° 180/78, não preenchendo, dessa forma, os pressupostos da Súmula 296, inciso I, do C. TST.

Finalmente, prejudicada a aferição de dissenso da Súmula 339 do Ex. STF, assim como de violação a dispositivos de leis estaduais, uma vez que não são hipóteses contempladas pelo art. 896 da CLT para admissibilidade do presente apelo.

**CONCLUSÃO**

**DENEGO seguimento ao recurso de revista.”**

Nas razões do recurso de revista, renovadas no agravo de instrumento, a parte não conseguiu infirmar a decisão agravada, a qual se mantém pelos próprios fundamentos.

O Regional consignou que *“o direito postulado (concessão dos reajustes salariais) está assegurado por lei e, por este motivo, a prescrição é parcial, quinquenal.”*

O entendimento do TRT encontra-se em consonância com a Súmula n° 294 do TST.

No que se refere aos reajustes salariais, a decisão do TRT está em consonância com decisões da SBDI-1 desta Corte:

**"RECURSO DE EMBARGOS DO RECLAMADO REGIDO PELA LEI 11.496/2007. REAJUSTES SALARIAIS FIXADOS PELO CONSELHO DE REITORES DAS UNIVERSIDADES DO ESTADO DE SÃO PAULO - CRUESP. EXTENSÃO AOS EMPREGADOS DO CENTRO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA PAULA SOUZA - CEETEPS. 1 - Discute-se se a extensão aos empregados do reclamado dos reajustes salariais conferidos pelo Conselho de Reitores das Universidades do Estado de São Paulo - Cruesp vulnera de forma direta o art.**



**PROCESSO Nº TST-AIRR-999-26.2012.5.15.0151**

37, X, da Constituição Federal. 2 - A decisão embargada afasta a configuração de ofensa direta ao referido preceito, enquanto julgado de outra Turma desta Corte reconheceu a sua violação, de modo a demonstrar a existência de conflito de teses. 3 - Esta SBDI-1 já dirimiu a controvérsia ao analisar o E-RR-1070-53.2010.5.15.0133, Rel. Min. Aloysio Corrêa da Veiga, DEJT 23/8/2013, no sentido da necessidade de interpretação de normas estaduais antes do exame da ofensa à literalidade do art. 37, X, da Constituição Federal, com amparo, inclusive, em precedentes do STF. Recurso de embargos conhecido e não provido." (Processo: E-ED-RR - 49800-68.2008.5.15.0003 Data de Julgamento: 06/02/2014, Relatora Ministra: Delaíde Miranda Arantes, Subseção I Especializada em Dissídios Individuais, Data de Publicação: DEJT 14/02/2014)

"EMBARGOS. REAJUSTES SALARIAIS FIXADOS PELO CONSELHO DE REITORES DAS UNIVERSIDADES DO ESTADO DE SÃO PAULO (CRUESP). EXTENSÃO A FACULDADE DE MEDICINA DE SÃO JOSÉ DO RIO PRETO (FAMERP). NECESSIDADE DE LEI ESPECÍFICA. AUTARQUIA ESPECIAL. RECURSO DE REVISTA DA FARMERP PROVIDO. Diante da decisão da c. Turma que reconheceu violação literal do art. 37, X, da Constituição Federal, resta demonstrado dissenso jurisprudencial em face de decisão de outra Turma do c. TST que, apreciando matéria idêntica, entendeu não violada a literalidade da norma. O fundamento do eg. Tribunal Regional, que deferiu diferenças salariais com base na Lei Estadual 8899/94, cujos dispositivos indicam a aplicabilidade dos índices aplicados pelo CRUESP - Conselho de Reitores das Universidades do Estado de São Paulo, determinam o exame de normas estaduais, o que inviabiliza verificar ofensa literal ao art. 37, X, da Constituição Federal. Precedentes do STF. Embargos conhecidos e providos." (Processo: E-RR - 1070-53.2010.5.15.0133 Data de Julgamento: 15/08/2013, Relator Ministro: Aloysio Corrêa da Veiga, Subseção I Especializada em Dissídios Individuais, Data de Publicação: DEJT 23/08/2013)

"RECURSO DE EMBARGOS REGIDO PELA LEI 11.496/2007.  
REAJUSTES SALARIAIS FIXADOS PELO CRUESP. EXTENSÃO AOS



**PROCESSO Nº TST-AIRR-999-26.2012.5.15.0151**

SERVIDORES DO CEETEPS. MATÉRIA INFRACONSTITUCIONAL. Cinge-se a controvérsia a examinar se tem caráter constitucional, à luz do disposto no art. 37, X, da Carta Magna, a matéria, discutida nos autos, afeta à alteração no sistema de reajustes salariais do Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza - CEETEPS, autarquia de regime especial. Em recentes precedentes envolvendo tais reajustes, o Supremo Tribunal Federal vem afirmando a natureza infraconstitucional da matéria, concluindo não ser possível vislumbrar ofensa direta ao art. 37, X, da CF diante da necessidade de interpretação de normas estaduais. Nesse contexto, entende-se correto o acórdão turmário ao concluir que a discussão versa sobre interpretação e aplicação de norma local, e que não alcança o patamar de ofensa direta ao texto constitucional (art. 37, X). Recurso de embargos conhecido e não provido." (Processo: E-ED-RR - 149200-28.2008.5.15.0109 Data de Julgamento: 03/04/2014, Relator Ministro: Augusto César Leite de Carvalho, Subseção I Especializada em Dissídios Individuais, Data de Publicação: DEJT 11/04/2014)

Intactos os dispositivos da Constituição Federal renovados no agravo de instrumento.

Vale ressaltar que não foram reapresentados arestos no intuito de demonstrar divergência jurisprudencial.

Por fim, quanto à inclusão dos juros de mora na base de cálculo do imposto de renda, verifica-se que o tema, somente abordado no agravo de instrumento, constitui vedada inovação.

O STF, no julgamento do **AI-791292 QO-RG/PE**, em procedimento de repercussão geral, manteve o entendimento de que a motivação referenciada (*per relationem*) atende à exigência constitucional da devida fundamentação, e não implica negativa de prestação jurisdicional.

O recurso de revista tem a finalidade de uniformizar a jurisprudência trabalhista, ou seja, está voltado precipuamente para a proteção do direito objetivo. Por meio dele, o TST somente pode decidir qual enquadramento jurídico deve prevalecer na solução da lide, pacificando a interpretação da legislação federal e constitucional (art. 896, **a** e **c**, e §§ 2º e 6º, da CLT), bem como da legislação estadual, da



**PROCESSO N° TST-AIRR-999-26.2012.5.15.0151**

convenção coletiva, do acordo coletivo, da sentença normativa ou do regulamento empresarial que excedam a área de jurisdição do TRT (art. 896, **b**, da CLT). O recurso de revista tem devolução restrita, significando isso que autoriza o exame da matéria impugnada apenas sob o enfoque eminentemente de direito, vedado o reexame de fatos e provas (Súmula n° 126 do TST) ou o pronunciamento sobre aquilo que não tenha sido analisado explicitamente pelo TRT (Súmula n° 297 do TST), e fica cumprida a missão constitucional da Corte Superior quando pacificada a matéria por meio de súmula, orientação jurisprudencial ou iterativa, notória e atual jurisprudência do TST (art. 896, § 4°, da CLT e Súmula n° 333 do TST).

Pelo exposto, mantenho o despacho agravado e nego provimento ao agravo de instrumento.

**ISTO POSTO**

**ACORDAM** os Ministros da Sexta Turma do Tribunal Superior do Trabalho, por unanimidade, negar provimento ao agravo de instrumento.

Brasília, 19 de novembro de 2014.

Firmado por Assinatura Eletrônica (Lei n° 11.419/2006)

**KÁTIA MAGALHÃES ARRUDA**

**Ministra Relatora**